

TRAVESSIAS COMUNICACIONAIS: POVOS MIGRANTES E ELOS FOLKCOMUNICACIONAIS

Cristina Schmidt¹

Resumo

O movimento migratório representa um rompimento, quase que total, com o plano material e o plano imaginário. Esse rompimento não vai significar o esquecimento do passado e dos tipos de relações sociais estabelecidas até então, mas vai sustentar um envolvimento forte com o presente para superar os processos de reelaboração cultural e reterritorialização. Esse trabalho objetiva analisar as travessias humanas e os mecanismos comunicacionais evidenciando as convergências do folk com a mídia massiva. A teoria da folkcomunicação oferece fundamentos apropriados para abordar esses processos de comunicação forjados pelos povos que migram. Conceitos de líder-folk e folkmídia elucidam o papel dos agentes e meios de comunicação.

Palavras- Chave

Folkcomunicação; hibridismo; identidade étnica, convergência midiática, migração.

1. Os movimentos humanos e a comunicação

Os movimentos humanos acompanham as civilizações. Pelos mais diversos motivos – econômicos, políticos, religiosos - pequenos grupos ou populações inteiras se deslocam de suas cidades, regiões ou países. Nos dias atuais, o reconhecimento das diferentes culturas faz com que os movimentos populacionais adquiram uma importância social indiscutível. Pessoas que vem e que vão, que ficam ou partem, formam um fluxo permanente de trocas materiais e simbólicas no cotidiano. Muitas manifestações tornam-se referências e são registradas pela mídia criando um fluxo de informação massiva. Em contrapartida, Isso gera contrafluxos folkcomunicacionais. Emissores, canais/mensagens e receptores diversos interagem com as localidades de origem e de destino.

(...) o aumento da brecha de desigualdade entre países ricos e pobres também participa da configuração dos cenários que definem as características dos processos migratórios. (...) A migração é um dos processos sociais que participa de maneira determinante na configuração de âmbitos interculturais e transfronteiriços. Tem enorme relevância na dinâmica intercultural contemporânea, definida por meio de conceitos como diáspora, desterritorialização-reterritorialização, comunidades transnacionais, redes migratórias e outros conceitos a partir dos quais se busca captar as condições que subjazem às transformações e recriações culturais que definem o sentido da vida de milhões de seres humanos no mundo. (ARCE, in CANCLINI, 2003, p.157-158)

Com o atentado às torres gêmeas – World Trade Center – em 11 de setembro de 2001, vários aspectos relacionados às fronteiras e às permissões de imigração se alteraram no mundo todo e particularmente nos EUA. Antes disso, porém, em muitos países o imigrante já era relacionado com a ameaça comunista, o que repercutiu enormemente inclusive na América Latina durante os governos ditatoriais. Depois vinculou sua imagem ao narcotráfico e agora ao terrorismo.

O que ocorre é que a migração redefine as formas de relações sociais criando redes diferenciadas – locais, nacionais e transnacionais - e alterando os aspectos da cotidianidade. No novo contexto, são criadas relações com a comunidade local mas também são articuladas novas formas de contato com a comunidade de origem. Isso provoca ainda a alteração nos “mapas cognitivos e nas configurações geográficas”, ou seja, o ser e o estar dos indivíduos se reterritorializa, se remanifesta. As movimentações humanas projetam diversas possibilidades de relacionamentos, desde o familiar até o

comunitário. Desses derivam uma série de compromissos que implica em uma ação na sociedade voltada para a satisfação da necessidade própria e familiar e, muitas vezes, para atender necessidades da coletividade. Nesse processo acabam ocorrendo divergências e as recriações culturais, manifestadas em movimentos de reterritorialização ou em um novo enraizamento. (ARCE, in CANCLINI, 2003, p.178-179)

Luiz Beltrão explica que esses movimentos migratórios humanos são percebidos desde os povos primitivos onde as diversas etnias indígenas se relacionavam em movimentos de guerra ou de solidariedade. E que geravam a comunicação no Brasil pré-cabralino. São as perambulações ou migrações. Etnias se movimentando dentro de um processo adequado ao modo de vida de sua gente.

Para os conquistadores lusitanos, os indígenas estavam num estágio muito primitivo de civilização, na era paleolítica. Por muitos anos, por séculos mesmo, ninguém se preocupou em avaliar com precisão o grau do processo civilizador do autóctone brasileiro, que era olhado como ‘peça’ para o tráfico da escravidão, como ‘alma’ para conquistar maior glória de Deus, como ‘bugre’ a exterminar implacavelmente, como ‘tipo’ a exaltar romanescamente em poemas de histórias épicas. (BELTRÃO, 2001, p.84)

Essa visão distorcida sobre o povo indígena ainda resiste, mas foi sendo ajustada com os estudos realizados no século passado por antropólogos e sociólogos. Somente a partir daí é que foi possível reconhecer a estruturação social indígena. Constituída com uma religião forte, uma medicina natural, uma agricultura e culinária – com produtos como mandioca, algodão, tabaco, cana-de-açúcar e milho. Criavam abelhas para produção de mel. Algumas tribos desenvolviam artefatos de barro – como vasos, panelas e urnas funerárias. Outras utilizavam o tear para confecção de vestimentas e redes. Também possuíam uma técnica construtiva bem desenvolvida e prática utilizando o ‘pau-a-pique’, que possibilitava a construção de habitações adequadas ao clima e ao tempo de permanência nas localidades. Trabalhavam a madeira e a pedra para confecção de canoas, armas e utensílios. E, ainda, todas suas práticas estavam integradas com os movimentos da própria natureza; muito diferente das praticadas pelos povos exploradores e colonizadores que chegaram ao continente brasileiro.

Processos folkcomunicacionais e meios de comunicação também foram ricamente identificados. Beltrão relata:

Meios de comunicação não faltavam ao indígena, para quem a selva não tinha segredo: ele a percorria, abrindo picadas e deixando roteiros mediante incisões nas árvores, inscrições rupestres e marcas diversas; comunicava-se à distância pelas pancadas do trocano, chama e fumo das fogueiras e pelos sons transmitidos pelo cambiassu; recebia as notícias de viva voz pelos pajés e caraíbas, em constantes andanças de taba em taba, durante o moacaretá ou fogo do conselho, ou nos dabacuris e outras festas, que reuniam diversas tribos para as atividades de caça, pesca, migrações e guerra, e práticas religiosas ou diversionais de aproximação social. (2001, p.89)

Depois, além da colonização portuguesa, com a presença, também colonizadora, de outros povos – holandeses no nordeste, franceses no sudeste e espanhóis no sul - novos contatos com a população local foram se estabelecendo. Alguns processos mais impositivos do que outros, geraram novos códigos, ritos, valores e formas de comunicação; provocando “o florescimento da sociedade híbrida no país”.

O hibridismo na América Latina pode ser compreendido como resultado da “(...) quebra e da mescla dos conjuntos que organizavam os sistemas culturais, a desterritorialização dos processos simbólicos e a expansão dos gêneros impuros”. (Canclini: 1995, p.264) Esses fatores alteram tanto os grupos urbanos quanto os rurais, suas visões de mundo e suas necessidades de consumo. A cultura que resulta do ‘hibridismo cultural’ se expressa em uma comunicação de idas e vindas com várias possibilidades de manifestações e interpretações.

2. Travessias e identidades étnicas

Ainda como decorrência do processo de colonização, um grande fluxo de mão de obra vai modificar significativamente o panorama cultural e os processos folkcomunicacionais. Primeiro para a extração de riquezas naturais como madeira e minério: ouro, prata e pedras preciosas. Depois, para a implantação e avanço das monoculturas e pastagens. O café, a cana-de-açúcar, o arroz e a soja definiram cidades e relações políticas, culturais e econômicas. E, da mesma forma, o gado leiteiro e de corte. Mais tarde, constatou-se que a imponente monocultura derrubou a mata, secou ou contaminou as nascentes, invadiu a pequena propriedade, roubou a

subsistência do camponês, arrancou o trabalhador de sua raiz e o transformou em migrante.

Inicia-se com o tráfico de negros da África em condição escrava. E, com o fim do regime de escravidão negra, outros povos foram cooptados para trabalhar nas monoculturas brasileiras. Destaca-se o grande contingente de trabalhadores italianos, com seus familiares, que chegaram ao Brasil, mais acentuadamente no estado de São Paulo. Outros povos também têm importância nesse processo de reterritorialização como: os judeus, os japoneses, os alemães e tiveram grande contingente de imigração.

A África sempre foi vista pelo europeu como uma terra selvagem, possuidora de um povo muito primitivo, distante das idéias de civilização e cientificidade racional que constituía as sociedades “brancas” consideradas superiores. Por isso, quando os europeus invadem às terras africanas com o intuito de colonização, de exploração de riquezas e obtenção de mão-de-obra escrava, em nenhum momento ou localidade foi considerada a história da gente local, os processos civilizatórios das localidades e as características culturais e políticas de cada nação.

A história dos negros nas Américas escreve-se numa narrativa de migrações e travessias, nas quais a vivência do sagrado, de modo singular, constitui um índice de resistência cultural e de sobrevivência étnica, política e social. (...) Os africanos que sobreviveram às desumanas condições da travessia marítima transcontinental foram destituídos de sua humanidade, desvestidos de seus sistemas simbólicos. (MARTINS, 1997, p.24-25)

No Brasil se teve uma larga convivência com a escravidão, que perdurou por três séculos, e mantinha-se em cativeiro e sob torturas e exploração cerca de 3,6 milhões de africanos trazidos à força para o continente sul americano. Durante todo o processo de escravidão nas Américas, acredita-se que um terço da população africana foi arrancada de seu território. Desenraizado e prisioneiro, os africanos que sobreviveram aos maus tratos, que iniciava na travessia marítima, eram destinados às novas localidades para atender as necessidades de seus “senhores”. A separação do bom ou mal escravo jamais considerou os aspectos culturais ou familiares.

Um contingente desse vulto acabou alterando as cores, os costumes e a própria sociedade local. A escravidão, em primeiro lugar, legitimou a inferioridade e, enquanto durou, inibiu qualquer discussão sobre cidadania. Além disso, o trabalho limitou-se exclusivamente aos

escravos, e a violência se disseminou nessa sociedade das desigualdades e da posse de um homem por outro” (SCHWARCZ, 1998, p.185)

Alguns grupos conseguiam se unir para fuga. Muitos morriam nessa tentativa. Os que conseguiam escapar à condição de “caça”, formavam comunidades de resistência escondidas e distantes – os quilombos – onde iniciavam um processo de reterritorialização. As tradições transmitidas oralmente, representadas em forma de danças, cânticos, e rituais religiosos trouxe um conforto cultural e uma possibilidade de enraizamento. Mesmo após a abolição, a liberdade não significou a igualdade. Os negros simplesmente foram soltos de seus cativeiros mas sem nada para se amparar. Sem terra, sem trabalho, e muitos sem saúde e sem destino ficavam à margem das propriedades e bairros comerciais já estabelecidos. O resultado: miséria, doenças e violência. Além do mais, para desgosto do Império, o país estava se constituindo por uma gente mestiça e considerada inferior.

Então, simultaneamente à abolição dos escravos, iniciou-se uma política agressiva para trazer um contingente significativo de mão-de-obra imigrante branca. Criaram-se alguns incentivos como o pagamento da viagem e a promessa de emprego farto. Ficou evidente que tal tentativa estava vinculada a algumas metas: 1. melhorar as relações internacionais, pois o Brasil foi o último país a libertar os escravos negros; 2. resolver a questão da mão-de-obra interna, uma vez que o trabalho era destinado exclusivamente ao escravo e jamais ao senhor e seus familiares e agregados; 3. aumentar a mestiçagem, mas agora com brancos, pois defendiam que tal medida possibilitaria um branqueamento do país. Essas medidas foram tomadas ainda durante o império. (SCHWARCZ, 1998, p.187)

Diferentemente dos negros, os italianos faziam a travessia transcontinental de maneira mais amena. Não eram transportados como escravos, apesar das condições nos navios chegarem próximas da miséria. Em acomodações simples e superlotadas, os italianos percorriam quilômetros de mar estabelecendo contatos e relações afetivas com os compatriotas. Dividiam esperanças, projetos, angústias e, muitas vezes, alimentos e medicações. Também dividiam diferenças e inimizades. O navio era o primeiro momento de desenraizamento, mas um processo que possibilitava a criação de laços. Tanto que, uma atitude muito comum aos italianos era definir os casamentos de seus

descendentes com famílias que conheceram no navio; ou estabelecerem relações comerciais, a partir da confiança que adquiriram na embarcação; ou ainda, os grupos que viajaram juntos buscavam se alojar ou construir suas casas próximas. Esse tipo de comportamento amenizava a desterritorialização.

Essa aproximação inicial de grupos, pelo menos inicialmente, possibilitou a criação de micro-sociedades que iriam atuar mediando a esfera pública e privada. Como é o caso da sociedade de assistência e socorro social, dos clubes, teatros, templos religiosos e cemitérios, e das organizações políticas como os sindicatos. Para muitos imigrantes, os poderes instituídos representavam apenas um sistema de repressão e extorsão. Os italianos, assim como muitos europeus, trouxeram para a nova terra uma postura política diferenciada e moldada pela militância anarquista. Também comemoravam datas importantes para o operariado daquela época, como o dia do trabalho.

O Brasil recebera os estrangeiros brancos – italianos, judeus, espanhóis, japoneses – ainda com muita restrição. Os moradores locais demonstravam sentimentos de resistência ao “forasteiro” mas, ao mesmo tempo, desejavam o trabalho dessa gente nova. Do lado dos estrangeiros também não era diferente, “de um lado, a inveja do modo como os nacionais se apresentavam, comportando-se como ‘donos da terra’; de outro, desprezo pela sua suposta condição física doentia, pela aversão ao trabalho”. Isso não era uma posição unânime entre os estrangeiros, uma vez que tinham origens em diferentes etnias, mas isso só acentuava a elaboração de “imagens preconceituosas do ‘judeu da prestação’, do ‘espanhol encrenqueiro, do ‘turco embrulhão’ etc.” Porém, todas as etnias estrangeiras se consideravam dedicada ao trabalho, “os verdadeiros construtores de uma cidade que ia se transformar em uma metrópole.” (FAUSTO in SCHWARCZ, 1998, p.26-27)

Práticas culturais de toda ordem iriam marcar a formação da nova sociedade brasileira. Festas religiosas públicas e privadas: devoção a Santos, batizados, casamentos, funerais. Festas gastronômicas, culinária, ervas e temperos. Relações de trabalho: a propriedade e o trato com a terra, a diversificação do comércio, a organização da indústria, os salários e benefícios, os sindicatos. Características da arquitetura urbana – praças, ruas, vilas, casas e cortiços. A diferenciada vestimenta: tecidos, uniformes, modelos/moda. Utensílios domésticos, materiais e equipamentos de trabalho agrícola e industrial. Todos

esses traços fazem parte da hibridação nacional. Manifestações de lá e daqui foram se adequando à vivência compartilhada na terra brasileira.

Devemos considerar, conforme argumenta Boris Fausto, que “a imigração para o Brasil perdeu muito de seu significado”, a não ser por novos grupos de estrangeiros que vem chegando a São Paulo, principalmente, como os asiáticos: chineses e coreanos; e os latinos: os paraguaios, argentinos, bolivianos. Mas, novos fluxos marcam a realidade brasileira,

Mudou o eixo dos fluxos migratórios, concentrando-se o fenômeno nas migrações internas. Embora se trate de realidades diversas sob muitos aspectos, penso que os fluxos externos e internos têm pontos comuns. Afinal de contas, cortes e continuidades, discriminação e preconceito, êxito, integração ou fracasso, integram para o Centro-Sul. (idem, p.60-61)

É importante destacar que o movimento migratório representa um rompimento, quase que total, com o plano material e o plano imaginário. Esse rompimento não vai significar o esquecimento do passado e dos tipos de relações sociais estabelecidas até então, mas vai sustentar um envolvimento forte com o presente para superar os processos de reelaboração cultural e reterritorialização. Além do que, há um aspecto marcante nessa rearticulação, é compreender o papel de estrangeiro num país que é sua nova terra. O nativo sempre o olha como um estrangeiro, um forasteiro, um ameaçador. O olhar para o “outro” é recriminador, intimidador, preconceituoso e distanciador.

O migrante fica distante de sua paisagem natal, das casas, das ruas, dos vilarejos. A natureza se apresenta diferente nas árvores, na água, na forma de se relacionar com os animais e com as máquinas. E assim, fica afastado dos sons, das cores, dos aromas e dos sinais que lhe são familiares. As festas, as rezas, as conversas – e até o sotaque – adquirem novos significados. Seu mundo natal fica na memória, no sentimento, nos projetos de visita ou de retorno sem nenhuma certeza de concretização.

3. Elos Folkcomunicacionais nas identidades pós-étnicas

Dois grandes movimentos humanos permanecem até os nossos dias. O interno, com o deslocamento regional de pessoas migrantes. O externo, com a entrada de grupos vindos de países de todo o mundo. Ambos fazem com que haja a atualização de processos

sociais, incorporando valores e técnicas. Ambos assimilam grandes fluxos comunicacionais massivos que atuam regionalmente ou globalmente.

Nesse contexto, as tradições dessas populações ainda estão muito presentes, e para analisá-las é preciso identificar os fluxos midiáticos e os contrafluxos folkcomunicacionais provenientes daqueles que migram em que o folk e o massivo se mesclam. São as reformulações ou atualizações dos saberes – trabalho, artesanato, culinária, crença, lazer, meio de comunicação - do povo migrante para se adaptar aos fazeres da nova localidade e da sua gente.

As populações mais urbanizadas foram alterando crenças, comportamentos, manifestações das comunidades rurais. Os processos folkcomunicacionais incorporaram formas de trabalho e entretenimento dessas novas populações. Ao mesmo tempo, formaram um contrafluxo às mídias hegemônicas. O circo, o teatro, os periódicos, as bandinhas, e a literatura. Modelaram-se novos processos, incorporando tecnologias e saberes de ambas as partes. Os mamulengos, os autos, os repentes, os cordéis, os almanaques, as danças.

Esse contexto, em muitos momentos, é rerepresentado pelos meios de comunicação, numa tentativa de intermediação com o público nativo ou simplesmente de reificação – transformando um valor cultural de vivência e de raiz em um produto de entretenimento e consumo. A cultura midiática apresenta permanentemente produtos que têm como referência a cultura folk. Tais produções recebem um tratamento plástico e estético adequado aos padrões da cultura hegemônica e que são próprios aos meios massivos para o recontar da história ou do fato.

Conforme o Professor Roberto Benjamim,

A interação entre os portadores da cultura folk e a cultura de massas causa um efeito ainda pouco analisado nos meios acadêmicos. Ao se apropriar de elementos da cultura folk, os produtores da cultura de massas procedem a uma seleção e reprocessamento a fim de tornar tais elementos compatíveis com os padrões e o estilo vigente em seu meio.

Os portadores da cultura folk tomam conhecimento desse reprocessamento, sem que, na maioria das vezes, entendam as razões que levaram às escolhas e remanejamentos procedidos. Considerando

o caráter hegemônico da cultura de massas, acabam tentados a reincorporar aqueles elementos com as características massivas introduzidas, de volta, em suas manifestações. (in MELO, 2001, p.38)

Esse processo é a recodificação de uma mensagem específica de um público popular para um público massivo. É o que chamamos de apropriação de elementos da cultura folk pelos meios massivos de comunicação - da cultura massiva, da cultura erudita – e a reconfiguração das manifestações a partir desse novo ponto de vista.

O migrante, ao ter contato com esse produto da mídia, certamente identifica alguns elementos de seu arcabouço cultural. Porém, não é a sua história, não é a sua terra. O produto midiático é uma imagem fugidia de sua cultura, e se apresenta sem raiz e sem memória. É uma conjunção de fragmentos, uma colcha de retalhos de uma cultura folk, ou melhor, quando passa pela tecnologia torna-se um “patwork midiaticizado” que vem como uma revelação de algo novo, fashion, promissor e justo. Quando não, traz uma imagem de um mundo marginal com ar bucólico que o transforma em opção de vida, sem conflitos irreparadores, sem contradições irrefutáveis.

Na sociedade pós-moderna, entretanto, isso vai se tornando cada vez mais produto e menos referência, menos identidade; são novos movimentos humanos – provocados por novos impactos econômicos e políticos pós globalização - que agregam pessoas, grupos com interesses comuns além etnia, além território, e estabelecem elos culturais que formam uma identidade multicultural.

Bibliografia de Referência

Beltrão, Luiz. Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias. Porto Alegre/RS: Edipucrs, 2001.

Benjamin, Roberto. Folkcomunicação na sociedade contemporânea. Porto Alegre/RS: Comissão Gaúcha de Folclore, 2004.

Bosi, Alfredo. Cultura brasileira: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.

Canclini, Nestor Garcia. Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª edição. São Paulo: Edusp, 2003.

Canclini, Nestor Garcia. (Coord.). Culturas da Ibero-América: diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento. São Paulo: Moderna, 2003.

Carmo, Paulo Sérgio do. Culturas da Rebeldia: a juventude em questão. 2ª. edição. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

Downing, John D.H. Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos populares. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

Duarte, Jorge; BARROS, Antonio (Organizadores). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

Feathertone, Mike. O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997.

Martins, Leda Maria. Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva, 1997.

Melo, José Marques de (org). Mídia e folclore: o estudo da folkcomunicação segundo Luiz Beltrão. Maringá/São Bernardo do Campo: Faculdades Maringá/Cátedra Unesco/Umesp, 2001.

Schmidt Silva, Cristina. Viva São Benedito: festa popular e turismo religioso em tempo de globalização. São Paulo: Santuário, 2000.

Schmidt, Cristina (Org.). Folkcomunicação na arena Global: avanços teóricos e metodológicos. São Paulo: Ductor, 2006.

Schwarcz, Lilia Moritz (org.). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹ Cristina Schmidt é jornalista e professora do ensino superior na Universidade de Mogi das Cruzes – SP - Brasil. Mestre em Teoria e Ensino da Comunicação pela Umesp – Univesidade Metodista de São Paulo; e Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. É membro da REDE FOLKCOM – Rede de Estudos e Pesquisas em Folkcomunicação, e Coordenadora do NP Folkcomunicação da INTERCOM. Organizou a publicação Folkcomunicação na Arena Digital, em 2006, pela editora Ductor/SP. Contatos: cris_schmidt@uol.com.br ou crisschmidt@umc.br.